

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Prefeitura Municipal de Riolândia – SP	
Unidade Requisitante	Coordenadoria Municipal de Educação
Responsável pela Demanda	Claudia Lucia de Carvalho
Cargo	Coordenadora Municipal de Educação

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Coordenadoria Municipal de Educação de Riolândia/SP identificou a necessidade de aquisição de móveis destinados ao setor administrativo e às salas de aula das escolas da Rede Municipal de Ensino. O fornecimento de mobiliário em geral às unidades escolares tem caráter essencial para garantir condições adequadas de aprendizagem e trabalho.

O atual estado de deterioração dos equipamentos compromete a ergonomia, a segurança dos estudantes e colaboradores, além de gerar retrabalho nas equipes gestoras. A medida ora proposta atende à necessidade imediata de modernização do ambiente escolar, reduzindo riscos físicos decorrentes do uso de móveis inadequados e contribuindo para o bem-estar físico e psicológico da comunidade educacional. Sem essa intervenção, persistirá o aumento nos gastos com manutenções emergenciais e substituição pontual, com menor eficácia operacional.

O serviço em questão será executado mediante processo licitatório compatível com os requisitos legais vigentes, priorizando materiais duráveis, sustentáveis e adaptados aos padrões pedagógicos estabelecidos pela Coordenadoria Municipal de Educação. Os itens serão distribuídos conforme plano definido pelas diretorias das unidades escolares, assegurando equalização entre as 5 (cinco) escolas municipais de Riolândia/SP.

Haverá acompanhamento contínuo por meio de relatórios técnicos sobre entrega, instalação e satisfação funcional dos usuários finais, garantindo conformidade com os princípios da administração pública e possibilitando ajustes rápidos caso haja divergências no cumprimento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa suprir a demanda de mobiliário escolar adequado para as 5 (cinco) escolas municipais de Riolândia/SP.

A aquisição justifica-se pelos seguintes fatores:

- Desgaste e obsolescência do mobiliário existente nas unidades escolares, comprometendo o conforto, a ergonomia e a segurança dos alunos e professores;
- Necessidade de adequação às normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR 14006, que regulamenta os padrões de qualidade e segurança de móveis escolares;
- Ampliação do número de alunos matriculados, gerando déficit de carteiras e mesas em tamanhos adequados à faixa etária;
- Ausência de armários e arquivos em quantidade suficiente para guarda de materiais pedagógicos e administrativos;
- Necessidade de substituição e ampliação de lousas com qualidade adequada para o processo de ensino-aprendizagem;
- Substituição de móveis antigos e danificados que comprometem a ergonomia e segurança dos usuários;
- Padronização dos ambientes escolares conforme as normas técnicas e diretrizes pedagógicas atuais;
- Adequação à legislação vigente em relação a acessibilidade, conforto e durabilidade dos mobiliários escolares.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está inserida no âmbito das diretrizes estratégicas da Administração Municipal de Riolândia/SP para o exercício de 2026, especialmente no que se refere à valorização do espaço escolar como componente determinante do bem-estar infantil, da inclusão sociocultural e da qualidade do ensino público municipal. A aquisição encontra amparo nos seguintes instrumentos de planejamento vigentes:

- Plano Plurianual – PPA 2022-2025 e sua projeção para 2026: ações de melhoria da infraestrutura das unidades de ensino da rede pública municipal, com especial atenção às condições de acessibilidade, segurança e ambiente educativo;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: prioridade conferida à qualidade da educação infantil e ao bem-estar das crianças atendidas pelas unidades municipais;
- Lei Orçamentária Anual – LOA 2026: previsão de dotação para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados às unidades de ensino.

O alinhamento é demonstrado também pelo cumprimento dos Princípios Constitucionais aplicáveis à Administração Pública (artigo 37 da Constituição Federal), das normas da Lei nº 14.133/2021 quanto ao planejamento da contratação (artigos 18 e 19), e pela observância ao dever de eficiência alocativa dos recursos públicos, na medida em que a solução escolhida é a menos onerosa dentre as tecnicamente viáveis para atender à necessidade identificada.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

As quantidades solicitadas foram obtidas levando-se em consideração levantamento feito junto aos responsáveis pelos setores das unidades escolares, considerando as seguintes necessidades verificadas:

- Substituição de móveis antigos e danificados que comprometem a ergonomia e a segurança dos usuários;
- Padronização dos ambientes escolares conforme as normas técnicas e diretrizes pedagógicas atuais;
- Adequação à legislação vigente em relação a acessibilidade, conforto e durabilidade dos mobiliários escolares;
- Ampliação do atendimento em razão do aumento no número de alunos matriculados.

O levantamento foi realizado junto às 5 (cinco) escolas municipais de Riolândia/SP, considerando cada sala de aula, setor administrativo e demais espaços pedagógicos, de modo a garantir a completude e adequação das quantidades demandadas.

5. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade identificada:

- Aquisição direta por dispensa de licitação: Descartada, uma vez que o valor global estimado ultrapassa os limites previstos no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021 para dispensa por valor, tornando obrigatória a realização de processo licitatório formal;
- Processos licitatórios separados por item/categoria: Descartada por razões de eficiência administrativa. A realização de múltiplos certames para itens de natureza correlata (mobiliário escolar) geraria custos administrativos duplicados, consumo excessivo de tempo e recursos humanos, além de aumentar o risco de despadronização dos produtos adquiridos;
- Processo único com Registro de Preços (opção adotada): A modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) foi identificada como a mais vantajosa, conforme detalhado no item 6 a seguir.

Conclui-se que o mercado está apto a atender à demanda do Município dentro das especificações técnicas determinadas, com competitividade suficiente para assegurar condições econômicas razoáveis à contratação.



6. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) foi selecionada como a solução mais vantajosa para a Administração Municipal, pelos seguintes motivos:

- Permite a contratação parcelada conforme a real necessidade de cada escola, evitando aquisições em excesso;
- Proporciona maior competitividade, com ampla participação de fornecedores nacionais;
- Assegura a validade dos preços registrados por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação;
- Reduz o número de processos administrativos, com ganho de eficiência e economia de escala;
- Está em conformidade com o art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 3.059/2023.

A solução pretendida envolve a aquisição de mobiliário escolar novo, com características técnicas padronizadas, em conformidade com as normas ABNT NBR 14006 e NBR 14007 para mobiliário escolar, com garantia de qualidade e durabilidade, e que seja compatível com as faixas etárias dos usuários finais.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DE PREÇOS

Considerando que existem empresas fornecedoras dos equipamentos necessários na região de Riolândia/SP e municípios circunvizinhos, a cotação com empresas regionais demonstra-se mais viável e mais aderente à realidade de mercado, conforme parâmetros que serão detalhados no Termo de Referência.

Considerar-se-á como preço referencial o valor médio dos itens obtido por meio de pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores localizados na região e consulta a bancos de preços públicos, tais como o Portal de Compras do Governo Federal (Painel de Preços), os Sistemas de Registro de Preços de outros entes federativos e demais fontes previstas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A metodologia adotada priorizou a coleta de orçamentos de fornecedores habilitados no segmento, com experiência documentada no fornecimento de equipamentos com certificação INMETRO/OCP, permitindo identificar o menor custo global possível, com exclusão de valores não vantajosos ao Município.

Os preços analisados estão compatíveis com os praticados no mercado local, regional e em bancos de preços públicos, assegurando a adequabilidade econômica da contratação.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A compra do mobiliário escolar será fornecida de forma parcelada e conforme as necessidades identificadas em cada setor da Rede Municipal de Ensino de Riolândia/SP.

O parcelamento justifica-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite o fornecimento gradual conforme a demanda real de cada unidade escolar, evitando estocagem excessiva, reduzindo riscos de avaria e garantindo adequado aproveitamento dos espaços físicos disponíveis para guarda e instalação dos itens.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PRETENDIDA E JUSTIFICATIVA DA VISITA TÉCNICA

A solução pretendida envolve a aquisição de mobiliário escolar novo, com características técnicas padronizadas conforme as normas ABNT NBR 14006 e NBR 14007 para mobiliário escolar, com garantia de qualidade e durabilidade, e compatível com as faixas etárias dos usuários finais.

Considerando a necessidade de garantir a conformidade dos itens ofertados com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, faz-se necessária a realização de vistoria técnica prévia, conforme autorizado pelo art. 40, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A vistoria técnica tem caráter prévio à contratação e possui as seguintes finalidades:

- Verificar in loco a aderência dos móveis às especificações técnicas;
- Avaliar qualidade de materiais, acabamentos, segurança e ergonomia;
- Checar dimensões, padrões de fabricação e conformidade com normas;

- Verificar as condições de acesso, descarga e montagem nas unidades escolares;
- Avaliar as especificidades do espaço físico de cada unidade;
- Garantir que o fornecedor conheça a realidade do local de entrega e instalação;
- Evitar propostas desconformes e prevenir prejuízos decorrentes de entregas incompatíveis.

Justifica-se o deslocamento de aproximadamente 110 km para a realização da inspeção in loco, garantindo a lisura do processo licitatório e a correta aplicação dos recursos públicos. Trata-se de medida de controle essencial à seleção da proposta mais vantajosa, reforçando a economicidade, a eficiência e a segurança do processo licitatório.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Em razão da necessidade de manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, da agilidade na resolução de eventuais problemas de montagem e instalação, e da eficiência na realização da vistoria técnica prévia, será considerada a distância máxima de 110 km da sede do órgão contratante até a loja física, filial, centro de distribuição ou depósito do fornecedor como critério de habilitação, nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Impactos da Distância sobre a Eficiência e os Custos Públicos:

A distância entre a sede do órgão e o ponto de disponibilização dos móveis para análise acarreta os seguintes impactos diretos na eficiência do processo:

- Aumento de custos operacionais de translocação da comissão técnica (diárias, transporte, tempo de equipe e custos indiretos);
- Redução da eficiência da análise, em razão de longos deslocamentos, janelas estreitas de inspeção e restrições logísticas;
- Maior probabilidade de reprogramações, cancelamentos e remarcações de visitas por fatores de distância, trânsito e disponibilidade técnica;
- Risco de avaliações menos detalhadas por limitação prática de tempo no local, comprometendo a acurácia da verificação técnica;
- Potencial postergação de cronogramas e alongamento do processo licitatório, com reflexo na disponibilidade de mobiliário às unidades escolares.

Vantagens Públicas da Proximidade Territorial:

Para assegurar a eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, é recomendável que o fornecedor possua estrutura próxima ao órgão contratante. A proximidade geográfica impacta diretamente nas seguintes dimensões:

- Prazos de entrega: menores distâncias encurtam o tempo entre a emissão da ordem de fornecimento e a efetiva entrega, favorecem o cumprimento do cronograma e permitem resposta ágil a demandas urgentes, como recomposição de salas de aula;
- Custo de transporte: distâncias menores reduzem frete, consumo de combustível, pedágios e desgaste de frota, refletindo em preços mais competitivos e maior economicidade, além de diminuir riscos de danos durante o transporte de mobiliário volumoso;
- Agilidade na troca de itens: em caso de inconformidade ou avaria, a troca local pode ocorrer em prazos muito inferiores aos observados em operações interestaduais, reduzindo o tempo de indisponibilidade do mobiliário;
- Manutenção e garantia: oficinas e equipes técnicas locais permitem estabelecer prazos de atendimento (SLA) mais céleres e factíveis para manutenção corretiva e preventiva, com disponibilidade regional de peças e insumos;
- Mitigação de riscos: reduz o risco de desabastecimento e de atraso em calendários acadêmicos e administrativos, aumentando a confiabilidade do contrato.

Fundamentação Legal para a Limitação Territorial na Habilitação:

Considerando que a vistoria técnica é condição prévia à contratação, a exigência de proximidade territorial deve incidir na fase de habilitação, pelos seguintes fundamentos:

- A habilitação é o momento processual adequado para comprovação de condições de participação e aptidão do licitante para cumprir exigências técnicas do edital, entre as quais a disponibilização dos itens para inspeção prévia;
- Exigir proximidade apenas na execução seria ineficiente e arriscaria a contratação de proposta sem verificação adequada dos móveis, contrariando o interesse público de assegurar qualidade e conformidade;
- A limitação territorial vinculada à habilitação permite inspeção tempestiva, organizada e comparável entre licitantes, assegurando isonomia material e melhor julgamento técnico das propostas;
- Art. 40, §2º, I, da Lei nº 14.133/2021: permite exigir visita técnica prévia para comprovação de capacidade operacional do fornecedor;
- Art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021: autoriza critérios de julgamento que garantam o melhor resultado para a Administração, incluindo limitações geográficas tecnicamente justificadas.

Da Não Limitação do Caráter Competitivo:

A limitação geográfica adotada não restringe de forma indevida a competitividade do certame. Conforme mapeamento realizado, estão inseridos dentro do raio de 110 km da sede do Município de Riolândia/SP, de forma estimada e provável, municípios de ambos os estados de São Paulo e Minas Gerais, compreendendo, no Estado de São Paulo, entre outros: Paulo de Faria, Orindiúva, Sales Oliveira, Nuporanga, Morro Agudo, Jaborandi, Barretos, Colina, Colômbia, Guaíra, Miguelópolis, Ituverava, Igarapava, Guará, Pitangueiras, Bebedouro, Viradouro, Monte Azul Paulista, Catanduva, Olímpia, Severínia, Votuporanga, Valentim Gentil, Cardoso, São José do Rio Preto, e demais municípios da região noroeste e centro-norte do Estado; e, do Estado de Minas Gerais, municípios como Frutal, Itapagipe, São Francisco de Sales, Uberaba, Sacramento, Campo Florido, Ituiutaba, Araguari, Santa Vitória, Fronteira, entre outros.

Cidades de maior porte como São José do Rio Preto, Barretos, Catanduva, Bebedouro, Votuporanga e Uberaba/MG estão seguramente dentro do raio, garantindo ampla participação de fornecedores de grande e médio porte, o que preserva plenamente o caráter competitivo e isonômico do certame.

11. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medida de Mitigação
Atraso na entrega do mobiliário	Média	Alto	Penalidades contratuais e exigência de estrutura logística próxima (raio de 110 km)
Móveis incompatíveis com o espaço físico das unidades	Baixa	Médio	Visita técnica obrigatória prévia à contratação
Baixa qualidade dos materiais entregues	Média	Alto	Especificações técnicas rigorosas e exigência de amostras; conformidade com ABNT NBR 14006 e 14007
Desconformidade entre amostra apresentada e produto entregue	Baixa	Alto	Limitação territorial na habilitação e inspeção in loco previamente à contratação

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução da presente contratação visa alcançar os seguintes resultados para a Rede Municipal de Ensino de Riolândia/SP:

- Garantia de condições adequadas de ergonomia, segurança e conforto para alunos e servidores das unidades escolares municipais;



- Padronização do mobiliário escolar em conformidade com as normas técnicas ABNT NBR 14006 e NBR 14007;
- Redução dos gastos com manutenções emergenciais decorrentes do uso de mobiliário deteriorado;
- Melhoria do ambiente educativo como fator determinante para a qualidade do ensino e o bem-estar da comunidade escolar;
- Modernização da infraestrutura das 5 (cinco) escolas municipais de Riolândia/SP.

O acompanhamento dos resultados será realizado por meio de relatórios técnicos sobre entrega, instalação e satisfação funcional dos usuários finais, bem como pelo recebimento provisório e definitivo dos itens contratados, com emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Para a regular formalização e execução da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

- Instrução do processo administrativo com os documentos obrigatórios: Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), pesquisa de preços, proposta da empresa contratada e documentação de habilitação;
- Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa a ser contratada, conforme artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;
- Emissão de nota de empenho e reserva orçamentária pelo Setor de Finanças, com indicação da dotação correspondente na LOA 2026;
- Elaboração e assinatura do instrumento contratual, com indicação expressa do objeto, prazo de entrega, condições de pagamento, garantias e penalidades;
- Designação de servidor(a) para atuar como fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da entrega, verificação das certificações técnicas e atestação das notas fiscais;
- Realização de vistoria técnica para recebimento provisório e, no prazo regulamentar, recebimento definitivo dos equipamentos, com emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que condicionem a execução do objeto, prejudiquem o início da instalação ou impliquem restrição técnica ou orçamentária à contratação pretendida. As unidades escolares da Rede Municipal de Riolândia/SP encontram-se em condições adequadas para receber os equipamentos, sem necessidade de obras civis prévias ou quaisquer intervenções infraestruturais complementares que dependam de contratações autônomas. Ressalva-se, entretanto, que a presente aquisição integra o conjunto de ações da Coordenadoria Municipal de Educação voltadas à melhoria dos espaços físicos das unidades escolares, razão pela qual sua execução deverá ser coordenada com o calendário letivo das unidades, a fim de que a instalação ocorra sem prejuízo das atividades pedagógicas regulares.

15. SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, conforme art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das normas setoriais aplicáveis. Entre os critérios a serem adotados:

- Utilização de materiais recicláveis ou com certificações ambientais reconhecidas;
- Mobiliário com durabilidade e garantia compatível com o uso escolar, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Preferência por processos produtivos que minimizem resíduos sólidos e emissões;
- Observância das normas técnicas ABNT aplicáveis quanto à qualidade e segurança dos materiais.

16. VIABILIDADE E CONCLUSÃO



Posto isto, conclui-se pela adequação e viabilidade da presente contratação, tendo em vista os motivos e necessidades da Administração Municipal identificados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar. A aquisição de mobiliário escolar mostra-se necessária, viável e vantajosa para a Administração Pública de Riolândia/SP.

A adoção da visita técnica prévia e da limitação geográfica de 110 km para a fase de habilitação visa assegurar o fiel cumprimento do contrato, a efetividade do serviço prestado e a correta aplicação dos recursos públicos, em conformidade plena com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

A modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços é a forma de contratação que melhor atende ao interesse público no presente caso, garantindo competitividade, transparência, economicidade e continuidade do fornecimento às unidades escolares municipais.

Coordenadoria Municipal de Educação, 09 de abril de 2026.

Cláudia Lucia de Carvalho
Coordenadora Municipal de Educação